



## CONTRATO DE ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre as partes abaixo assinadas é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- A FUNDAÇÃO COI, Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede na Av. Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo, pessoa coletiva nº 507411978, representada neste instrumento por Maria José Silva Carmo, que outorga na qualidade de Administradora Executiva da Fundação, como Primeiro Outorgante;

e

- \_\_\_\_\_, portador do nº \_\_\_\_\_ de Identificação Civil, válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, Responsável por \_\_\_\_\_, portador do nº \_\_\_\_\_ de Identificação Civil, válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, como Segundo Outorgante.

O presente contrato regula a prestação de serviços, prestada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, no âmbito da **Resposta Social de Residência Autónoma, sita na Rua Salgueiro Maia em Pinhal Novo**, tal como previsto no ponto n.º 5.7 do Regulamento Interno desta Resposta Social, aprovado pelo Conselho de Administração e reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

1. A celebração do presente contrato pressupõe o cumprimento prévio das formalidades de admissão previstas no Regulamento Interno, nos pontos n.º 5.1 Critérios de Admissão, n.º 5.2 Critérios de Priorização, n.º 5.3 Período de Admissão, n.º 5.4 Documentos a Entregar no Ato de Admissão, n.º 5.5 Prova de rendimentos do Agregado Familiar, n.º 5.6. Avaliação de Diagnose, n.º 6.3 Cálculo da Mensalidade e despacho favorável de entrada, emitido pela administração Executiva ou por quem for delegada essa competência e assinatura do presente contrato pelas partes.

2. O presente contrato contempla ainda o cumprimento dos Direitos e Deveres da Residência Autónoma, referidos nos pontos n.º 3.1 e n.º 3.2, Direitos e Deveres do Cliente, referidos nos pontos n.º 3.3 e n.º 3.4, Direitos e Deveres do Representante Legal, referidos nos pontos n.º 3.6 e n.º 3.7, Direitos e Deveres da Coordenação/Equipa Técnica, referidos nos pontos n.º 3.8 e n.º 3.9 e Direitos e Deveres dos/das Ajudantes de Ação Direta, referidos nos pontos n.º 3.10 e n.º 3.11 do Regulamento Interno.

3. O Primeiro Outorgante, mediante o presente contrato, prestará ao Segundo Outorgante os cuidados de acompanhamento técnico, alojamento, alimentação, higiene pessoal, lavagem e

tratamento de roupas, promoção de assistência médica, promoção de cuidados especiais de saúde e reabilitação, promoção do acesso aos cuidados de enfermagem e a promoção de um Plano Individual que incluirá atividades adaptadas aos interesses e competências do Cliente, com vista à sua inserção social e profissional, de acordo com o ponto n.º 6.1 do Regulamento Interno.

4. Não está incluído na mensalidade o serviço de enfermagem nem de fisioterapia prescrita e/ou outras especialidades, os quais serão debitados mensalmente, de acordo com a tabela em vigor, tal como previsto no ponto n.º 6.2. do Regulamento Interno, e será atualizado anualmente com a mensalidade.

5. O cliente e/ou o seu Representante Legal deverão fazer prova anual dos rendimentos do agregado familiar, mediante documento de natureza fiscal, uma vez que a mensalidade é atualizada anualmente ou quando se verificarem alterações no rendimento do agregado familiar. Deverá ainda ser apresentado comprovativo dos bens declarados e registados em nome do cliente nos Serviços de Finanças.

6. O valor da mensalidade é calculado de acordo com os valores que constam no Anexo ao Regulamento Interno e de acordo com a prova anual de rendimentos do agregado familiar, anualmente estabelecida.

7. Sempre que surjam dúvidas fundamentadas sobre a veracidade das declarações de rendimentos, poderão ser feitas diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, de acordo com os critérios de razoabilidade, através da solicitação de uma declaração de bens em nome do Cliente ou Representante Legal, emitido pelo Serviço de Finanças e/ou através de visita domiciliária.

8. As **Mensalidades** são pagas até ao dia 10 de cada mês a que se reporta. O atraso do pagamento implicará juros de 4% sobre a mensalidade até ao 15º dia exclusive, a partir do qual haverá uma taxa de 6% sobre o valor da mensalidade (ponto nº 6.4. alínea b) e c)) do Regulamento Interno da Residência Autónoma).

9. A Residência Autónoma funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano. Os horários de referência para as atividades diárias são os constantes no ponto 8. do Regulamento da Residência Autónoma.

10. O cliente poderá ser excluído da Residência Autónoma, pelos seguintes motivos:

- a) Não cumprimento do preceituado no presente contrato ou do Regulamento Interno;
- b) Não cumprimento por parte dos familiares ou pelo representante legal do Regulamento Interno.

11. Em caso de desistência/interrupção, o Cliente ou o seu Representante Legal deve comunicar,



em impresso próprio, o motivo, no Gabinete de Apoio Geral, até ao oitavo dia útil do mês anterior à mesma, conforme estabelecido nos pontos n.º 21.a) do Regulamento Interno da Residência Autônoma.

12. Em caso de falecimento do Cliente, o(a) Coordenador(a) Técnico(a) da residência Autônoma deverá comunicar com a maior brevidade aos familiares, e estes ficarão responsáveis pela remoção do corpo num período máximo de 3 horas após a comunicação. Os serviços a prestar pela Agência Funerária deverão ser escolhidos pelo seu Representante Legal, salvo se estiver delegado na Fundação COI esta responsabilidade, nos termos do ponto n.º 22. do Regulamento Interno da Residência Autônoma. Os encargos ou despesas do mesmo serão sempre da responsabilidade dos familiares ou do Representante Legal do cliente.

13. Motivos para a **suspensão, rescisão e/ou alteração** do presente contrato, desde que seja cumprido o ponto 11.:

- a) Não adaptação comprovada do cliente;
- b) Insatisfação das necessidades do cliente e suas famílias, por incumprimento do contratualizado, devidamente justificado;
- c) Mudança de residência;
- d) Mudança de resposta social;
- e) Internamento de urgência;
- f) Férias;
- g) Comportamentos e atitudes de desrespeito e falta de urbanidade no decurso da relação contratual;
- f) Incumprimento contratual.

14. Sempre que se verifiquem alterações ao contrato, é elaborada uma adenda ao mesmo, sujeita a aprovação de ambas as partes, passando a constar do Processo Individual do cliente.

15. Em casos em que o comportamento do cliente, em consequência ou não do seu estado de saúde, prejudique o bem-estar dos restantes clientes ou perturbe o normal funcionamento da Residência Autônoma, deverá para o efeito ser providenciada a assistência médica para eventual controlo do seu estado de saúde, conforme previsto no ponto n.º 21 d) e e) do Regulamento Interno da Residência Autônoma.

16. Se a perturbação persistir, deverá o cliente ser retirado no prazo de 30 dias, a contar da data de aviso para o efeito, conforme estabelecido no ponto n.º 21 e) do Regulamento da Residência Autônoma.

17. Em caso de doença urgente ou acidente o Cliente será levado à urgência hospitalar da área, e será avisado o Representante Legal para acompanhamento do Cliente durante a hospitalização.



conforme previsto nos pontos n.º 9.3.a) e n.º 11 do Regulamento Interno da Residência Autónoma.

18. A Fundação COI não se responsabiliza por qualquer comportamento ou doença do cliente que não sejam declarados no ato de admissão.

19. Em situações em que o cliente necessite de ajudas técnicas, para além das existentes na Residência Autónoma, tem ao seu dispor um Banco de Ajudas Técnicas da Fundação COI, podendo contratualizar o serviço pelo tempo necessário, mediante o pagamento do custo estabelecido no Regulamento Interno desse serviço.

20. As alterações ao Regulamento Interno serão comunicadas ao Cliente e seu Representante Legal e as suas implicações, no presente contrato de alojamento e prestação de serviços, entrarão imediatamente em vigor.

21. Toda a informação prestada será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação COI, que intervêm diretamente no processo do cliente. As informações acerca da permanência e estado de saúde do cliente serão transmitidas apenas ao seu Representante Legal ou terceiros, expressamente autorizadas por este, conforme estabelecido no ponto n.º 27. do Regulamento Interno da Residência Autónoma.

22. Este contrato é considerado nulo caso se detetem omissões ou falsas declarações nas entrevistas de admissão, nomeadamente em relação às declarações de saúde e de carácter económico.

23. A celebração do presente contrato pressupõe o conhecimento e a aceitação, pelo Segundo Outorgante, do Regulamento Interno da Residência Autónoma, o qual regulará todos os casos omissos no presente documento.

24. Em toda a relação contratual aplica-se igualmente a legislação de enquadramento em vigor.

25. Toda a aquisição de bens e serviços em nome do cliente é da responsabilidade do próprio ou do seu Representante Legal.

26. Considera-se aqui como reproduzido a folha "Situação Socioeconómica", com o cálculo especificado da mensalidade, devidamente aceite, datado e assinado pelo cliente/responsável, constituindo a mesma, anexo ao presente contrato, assim como futuras alterações do cálculo, sem necessidade de alteração deste.

27. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios de consumo



competente.

28. Sem prejuízo do disposto na legislação, nos estatutos e nos regulamentos a que as entidades de resolução alternativa de litígios de consumo se encontram vinculadas, considera-se competente para dirimir o litígio de consumo, a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo do local da celebração do contrato de compra e venda do bem ou da prestação de serviços ou em alternativa a entidade de resolução alternativa de competência especializada, caso exista para o setor em questão.

29. Caso não exista entidade de resolução alternativa de litígios com competência no local da celebração do contrato ou a(s) existente(s) não se considere(m) competente(s) em razão do valor deste, o consumidor pode recorrer ao Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, sito em Lisboa, com o endereço eletrónico: [cniacc@unl.pt](mailto:cniacc@unl.pt) e disponível na página [www.arbitragemdeconsumo.org](http://www.arbitragemdeconsumo.org).

30. Este contrato será emitido em duplicado, sendo uma cópia para a Fundação COI e outra para o cliente ou seu Representante Legal.

31. Depois de lido e explicado todo o conteúdo do presente documento e do Regulamento Interno, comprometem-se ambas as partes a respeitar os seus conteúdos, assinando o presente contrato.

Este contrato produz efeitos a partir da presente data e será válido por um ano, automaticamente renovável desde que não existam manifestações em contrário de uma das partes contratantes e se cumpra o preceituado no clausulado da mesma.

Pinhal Novo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do Cliente

Assinatura do Representante Legal

Administração Executiva